

# Bases para a reconstrução

A preparação, o impacto e a resposta à passagem do furacão Maria por Porto Rico foram marcados, profundamente marcados, pelo caráter socialmente desigual, neoliberal e privatizado (ou seja, não planejado, fragmentado e ecologicamente destrutivo), bem como colonial, da sociedade porto-riquenha. Como indicamos no nosso primeiro artigo durante esta emergência (Algunas lecciones del huracán, publicado em Sin Permiso), não podemos abordar seriamente a reconstrução se no processo não começarmos também a abordar estes problemas mais profundos.

A preparação desigual reflete as desigualdades que, apesar dos apelos à unidade, definem a sociedade porto-riquenha: os mais pobres, os que têm menos, são que pior podem se preparar para o furacão, os que são mais duramente atingidos por sua passagem e os que precisam de mais tempo para se recuperar, se se recuperarem.

Confiança cega no mercado, na iniciativa privada e na concorrência como solução e forma de gerir processos interdependentes, geram uma cultura que não encoraja a previsão ou o planejamento consciente. Assim, experiências como as de Andrew e Katrina não são aproveitadas, para não mencionar a sua adaptação à realidade insular de Porto Rico. Isso se aplica não só às agências governamentais de Porto Rico, mas também à burocracia federal de gestão de desastres (FEMA). Mais de duas semanas após o furacão, três dos mais de 100 grandes geradores que foram e são necessários para manter e restaurar rapidamente o serviço de água potável foram recebidos, para citar um exemplo dado pela imprensa.

A privatização e o desmantelamento do sistema de saúde e a dependência absoluta do carro particular (denunciada há décadas), ou seja, o desmantelamento de alguns sistemas públicos e a incapacidade de criar outros, que já tinham

efeitos sociais e ecológicos terríveis, dificultam tremendamente a recuperação após a passagem do furacão.

A hipertrofia do orçamento militar nos Estados Unidos e em outros países significa que uma parte importante do apoio logístico à reconstrução assume uma dimensão militar: isto não demonstra a bondade do aparelho militar, mas sim a medida em que o militarismo acumula recursos que devem estar nas mãos de agências civis dedicadas a atender às necessidades insatisfeitas de habitação, saúde, educação, entre muitas outras.

A dimensão econômica da realidade colonial gera níveis muito altos de pobreza (mais de 45% da população, contra 15% na metrópole), desemprego (40% de participação no mercado de trabalho), comparada a 65% na metrópole) e a falta de recursos governamentais que acentuam o impacto do furacão enquanto subordinação e relegação política se refletem na falta de resposta adequada de Washington à urgência da crise (situação que mal começou a melhorar graças às denúncias, especialmente da diáspora porto-riquenha e de algumas vozes em Porto Rico).

Aos males “normais” do colonialismo soma-se o fenômeno particular do Presidente Trump. Este homem conseguiu primeiro expressar total indiferença pela crise em Porto Rico, depois lembrar-nos que apesar de tudo era necessário pagar a dívida e depois insultar os trabalhadores porto-riquenhos. Durante a sua visita, ele fez o que previmos: nada. Ele era um incômodo. E também nos insultou, mais uma vez minimizando o impacto do furacão e no processo fazendo duas ou três piadas de monges num país que não é para brincadeiras (90% ainda sem eletricidade, 50% sem serviço de água, 70% sem telefone, não poucos sem acesso seguro a alimentos, água ou medicamentos, entre outras coisas). Dos sorrisos da Comissária Residente que desce do Air Force One, dos presidentes de câmara que se suicidam com este famoso racista, xenófobo e machista, nada digo porque o meu estômago está embrulhado. Eles têm um lugar seguro na galeria que um dia será construída a partir da

vergonha do colonialismo em Porto Rico.

Como dissemos, a reconstrução não pode limitar-se à restauração da electricidade, da água e dos telefones, embora comece por aí, sem dúvida. Temos de redobrar os nossos esforços para resolver os problemas decorrentes da desigualdade social, das políticas e práticas neoliberais e do duplo problema colonial do unilateralismo econômico e da subordinação política. Acima de tudo, o furacão reafirma a justeza das propostas que já tínhamos feito – sobre a dívida, sobre a PROMESA, sobre a contribuição federal para a recuperação econômica e a descolonização. Torna igualmente necessário atualizar e alterar algumas destas propostas.

### **Sobre a dívida**

Até agora tínhamos evocado a necessidade de auditoria, a anulação da parte ilegal, inconstitucional e ilegítima da dívida e a renegociação da parte restante com prioridade para garantir pensões, serviços essenciais e recuperação económica. Dado o impacto catastrófico do furacão, esta proposta deve ser transformada numa exigência de cancelamento da dívida, o que não impede a conclusão da auditoria. A base legal da abordagem é a doutrina reconhecida de força maior e circunstâncias alteradas, bem como o estado de necessidade. A primeira situação existe quando “um governo ou organismo público se vê, devido a circunstâncias externas fora do seu controlo, incapaz de cumprir as suas obrigações internacionais, incluindo o reembolso de uma dívida”. O segundo caso verifica-se quando o pagamento da dívida impediria o Estado de garantir as necessidades da população. Não é, explicam os autores que citamos, que o governo está “absolutamente impedido de cumprir as obrigações internacionais, mas de reconhecer que para isso seria necessário um sacrifício por parte da população que vá além do razoável”. O estado de necessidade pode justificar o repúdio da dívida, uma vez que implica estabelecer prioridades entre as diferentes obrigações do Estado”. (Eric Toussaint, Damien Millet, Debt, the IMF and the World Bank, New York:

Monthly Review, 2010, pp. 246-47) Como se pode ver, estas descrições aplicam-se claramente ao nosso caso.

De acordo com a imprensa, o prefeito de San Juan propôs uma moratória de dez anos sobre o pagamento da dívida. É um passo em frente, mas apenas como um momento para fundamentar adequadamente a alegação e tomar medidas para a anulação, como indicámos. Até mesmo o próprio Trump fez declarações no sentido de cancelar a dívida (“wipe out” foram suas palavras), que mais tarde foram negadas por um de seus diretores financeiros. Outros argumentam que por trás da proposta de Trump está a apreciação de alguns importantes detentores de obrigações que, dadas as circunstâncias, eles poderão cobrar mais se a dívida for cancelada e eles negociam tanto quanto possível como pagamento das companhias de seguros. Não sabemos. Mas nossa posição não depende destas maquinações dos grandes credores ou da impulsividade de Trump. Nossa demanda é clara: cancelar a dívida por motivo de força maior, mudança fundamental de situação e estado de necessidade.

### **Sobre o aporte federal**

Tínhamos assinalado o nosso direito a uma contribuição federal significativa para a recuperação econômica. A crise provocada pelo furacão fez com que isso (o que nos disseram ser impossível) começasse a ser feito (já estão chegando apoios, suspensão das leis de cabotagem) e a ser discutido através de projetos de lei em tramitação no Congresso. Sobre esta legislação, inicialmente falou-se de uma contribuição de 7 a 10 bilhões de dólares, depois falou-se de uma contribuição de 29 bilhões de dólares à FEMA, que essa agência distribuiria entre a Flórida, Texas, Ilhas Virgens e Porto Rico. Tanto as quantidades como este desenho são insuficientes e inadequados. Porto Rico não é um caso entre outros: é um território colonial que traz consigo problemas iniciais muito mais profundos, pelos quais o Congresso é, pelo menos em parte, responsável (como o próprio partido governante reconheceu: ver o preâmbulo da Lei 51 de 2017, a lei plebiscitária).

Precisamos de dotações para a reconstrução econômica de Porto Rico, e não apenas para a recuperação pós-furacão. Em qualquer caso, pelo menos \$5 bilhões por ano seriam necessários (a propósito, o orçamento federal é muito pequeno: alguém na imprensa dos EUA comparou-o com a despesa de \$80 de uma pessoa com um rendimento de \$50.000). Este apoio não é ajuda, não é caridade, é algo a que temos direito como resultado das terríveis consequências de mais de um século de subdesenvolvimento colonial, do qual as empresas estrangeiras, principalmente americanas, extraíram e extraem lucros fabulosos (mais de 30 mil milhões de dólares anuais, actualmente): é o que na Jamaica e noutros lugares se chama reparação pelo impacto e legado da dominação colonial.

No caso de Porto Rico temos o precedente do projeto do Representante Vito Marcantonio em 1936, que previa o pagamento de tais compensações a um Porto Rico descolonizado. Na atualidade, pode servir de ponto de partida o projeto de lei sobre a dívida e outros temas submetido pelo Senador Bernie Sanders em 2016 que deve ser melhorado com emendas (sobre a forma de criação de fundos, a maneira de atender o tema do status, entre outros aspectos). Desde a campanha do PPT em 2012, quando a experiência da crise financeira de 2008 ainda estava fresca, nós indicamos que se 700 bilhões de dólares poderiam ser encontrados em poucas semanas para resgatar os bancos, o mesmo deve ser feito para salvar as pessoas. De lá para cá, políticas continuaram, como a chamada Quantitative Easing, que injeta bilhões nos bancos. Por quanto tempo continuará o resgate dos grandes e o abandono do povo?

É evidente que tudo isto deve conduzir à revogação da Lei da Promessa, cuja estreiteza na abordagem dos problemas de Porto Rico é agora mais evidente do que nunca. A única coisa que deve ser excluída dessa legislação é a proteção (permanência) das ações judiciais dos credores.

Escusado será dizer que isto deve ser acompanhado por uma nova política econômica que enfatize o reinvestimento no país dos

lucros aqui gerados e a redistribuição mais equitativa da renda e a reorganização participativa do trabalho nos setores público e privado. Sem estas medidas, todo o discurso de unidade, o “unidos estamos” do editorial do New Day por ocasião da visita de Trump, torna-se uma palavra vazia que mascara a realidade de uma sociedade profundamente dividida. Não divididos por partidos, como às vezes se diz superficialmente: os partidos podem desaparecer amanhã e Porto Rico permanecerá igualmente dividido entre possuidores e despossuídos, ricos e pobres, privilegiados e desamparados.

### **Sobre a mobilização**

Nada disso (cancelamento da dívida, contribuições) pode ser alcançado, é claro, sem mobilização: mobilização em Porto Rico, mobilização nos Estados Unidos, tanto da diáspora porto-riquenha como de outros setores relacionados. A experiência do furacão foi um magnífico sinal de que esta denúncia, esta mobilização funciona. A presidência de Trump está gerando todo tipo de resistência a suas políticas: movimentos que exigem do povo dos Estados Unidos a mesma coisa que exigimos de Porto Rico (impostos sobre o grande capital, emprego e projetos de infra-estrutura, energias renováveis, redução dos gastos militares em favor do bem-estar social, etc.) Temos que nos vincular a essas resistências e fazer com que nosso programa (cancelamento da dívida, contribuição à reconstrução, descolonização, etc.) faça parte de seu programa. Mas para isso temos que formulá-lo e defendê-lo em Porto Rico: como diz o ditado, a ajuda chega a quem se ajuda.

Para nos ajudar a enfrentar o problema colonial, que foi colocado de maneira tão grosseira durante esta crise, temos ao alcance a convocação de uma assembléia de status constitucional, que fala, como representante do país, perante o Congresso. Quanto melhor estaríamos hoje se, em vez de gastarmos milhões em um plebiscito inútil, tivéssemos esse órgão no poder, composto por delegados comprometidos com o bem-estar da maioria, para exigir com renovado vigor o que o

país precisa diante dessa crise! Embora eu sublinhe o que já foi dito: esta assembleia terá tanta força quanto as doações de mobilização fora da assembléia.

Como afirmei no meu primeiro artigo, a situação atual se assemelha ao início dos anos 1930: o país atingido por dois furacões (San Felipe e San Ciprian), sob o peso de uma economia unilateral e colonial (economia da cana naquela época), atolado em depressão econômica. Saiu-se dessa crise graças a grandes movimentos que formularam programas de reforma agrária, ampliação do setor público, direitos trabalhistas e descolonização. O mais influente de todos, o PPD, abandonou o que inicialmente defendeu. Precisamos dos equivalentes do século XXI desses movimentos e da constância que os outros não tinham. Essas forças só podem surgir da organização do povo trabalhador para defender seus interesses. A classe trabalhadora, no sector privado e público, profissionais independentes e assalariados, agricultores, que estão atualmente a restabelecer a electricidade, água, telefone, saúde, combustível, estradas, distribuição de alimentos, aqueles que estão reconstruindo Porto Rico, dia a dia e hora a hora, são aqueles que também podem criar um Porto Rico diferente. A reconstrução de Porto Rico, de um Porto Rico diferente, democrático, solidário, sustentável e descolonizado, passa pela construção desse movimento independente dos trabalhadores.

Original: [Sin Permiso](#)